

**O TRIÂNGULO BLOQUEADO:
MEDIA, POLÍTICA E CIDADÃOS
NA DEMOCRACIA LOCAL**

José Ricardo Carvalheiro
UBI/LabCom

Resumo

Nas zonas periféricas de Portugal, os media existem num quadro socio-cultural muito diferente do das democracias mais consolidadas, contexto em que emergiu a teoria democrática e o conceito de espaço público. Este artigo aborda a comunicação política na Beira interior através de um duplo enfoque que consiste na análise dos media locais e das suas apropriações pelos cidadãos. Enquanto a paisagem informativa se caracteriza pela alta frequência em que é dada voz ao poder e pela ausência de responsabilização política, a sociedade civil revela falta de autonomia para usar o espaço público e mantém-se presa na teia do estado local. A periferia portuguesa distingue-se, portanto, dos contextos de política altamente mediatizada, dado que nela a capacidade de afectar as decisões políticas não passa principalmente pela mediatização.

Abstract

Local media in Portuguese periphery breathe quite a different sociological atmosphere from those existing in the oldest democracies, where the notion of public sphere arose. This article examines political communication in the region of *Beira interior*, taking a twofold analysis of local news and of citizens appropriation of the media. Journalism makes headlines from the voice of power without asking for political responsibilities, while civil society shows lack of autonomy regarding local state and doesn't risk critical or independent uses of the public sphere. In opposition to today's contexts of 'informational politics', in Portuguese periphery the ability to influence policies doesn't work significantly through the media.

A teoria e as instituições democráticas são aplicadas em contextos muito distintos – perante diferentes níveis territoriais, códigos culturais ou recursos socio-económicos – e em todos eles os media são vistos como instrumentos indispensáveis ao controlo do poder, premissa que Karl Popper definiu como a matriz básica da democracia política.

A verdade é que o sistema democrático moderno é um produto histórico idealizado em contextos de grande escala, sob o predomínio da institucionalidade burocrática e das relações impessoais do mundo urbano, com a participação activa das organizações formais de interesses e com a hegemonia do

direito legal. É nas mesmas circunstâncias que os media tomam o centro do sistema de comunicação política. Tal não é exclusivo das democracias, mas assume nelas um carácter especial, dada a legitimação do poder democrático assentar na visibilidade e na partilha das decisões. Como escreve Norberto Bobbio, há várias maneiras de definir a democracia, mas nenhuma deixa de incluir a transparência do poder (Bobbio, 1984: 11).

Portugal é um caso de adopção das regras democráticas por contágio e num quadro socio-cultural específico que, sobretudo nas periferias, é muito divergente do que se verifica no coração das democracias mais consolidadas. Importa interrogar como é que, por detrás da formalidade institucional, se passam as coisas no ‘país profundo’, onde o poder estatal é definido como labiríntico e permeável às relações pessoais (Ruivo, 1991) e onde a sociedade, com matriz rural, população dispersa, economia débil e pouco escolarizada, se organiza sob redes informais de compromisso e entreajuda (Santos, 1994) e é composta por uma maioria de cidadãos com baixas aspirações e com tardia e deficiente interiorização dos direitos democráticos (Cabral, 1997: 10, 91).

É sabido que as mesmas regras em contextos diversos produzem resultados diferentes. Mas não se trata aqui de relativizar o sistema democrático e a sua articulação com os media, sugerindo que perante certas idiosincrasias são possíveis formas políticas alternativas mas não menos legítimas. Pelo contrário, o que se procura é identificar onde as

coisas não correm de acordo com o espírito democrático, perguntar porquê e reflectir sobre as vias para melhorar a democracia.

1. Os media e o ideal democrático

Desde o século XIX, que a ideia de democracia implica o conceito de comunicação entre Estado e sociedade, vista por Durkheim como necessária à coesão do corpo social (Fernandes, 1988: 107, 112). Outras concepções mais conflituais da sociedade desenvolvem, no quadro de comunicação de massas do século XX, duas linhas de implicação política: uma que vê nos media um campo potencial de pluralismo que é virtuoso para o funcionamento da democracia; outra que denuncia os riscos de manipulação ideológica sobre os indivíduos massificados (Maigret 2003: 44). O conceito de esfera pública, lançado por Habermas, presta-se a acolher as duas perspectivas, já que é entendido como espaço ideal de discussão e vigilância do poder, mas tenta responder a uma suposta perversão desse papel à medida que os próprios media se tornam manipuláveis (Habermas 1984).

Isto significa que, quer na tradição liberal, quer nas correntes mais críticas sobre o funcionamento do sistema democrático, se sedimentou a ideia de liberdade de informação e de expressão como instrumento indispensável da vigilância dos cidadãos sobre o poder. É evidente que a crença na virtude

da informação livre é mais profunda do lado liberal, porque se ajusta à institucionalidade da democracia representativa. Assim, os media devem ser um dos mecanismos de escrutínio dos representantes políticos, colocando no domínio público tudo o que cabe na relação entre a sociedade e o Estado. Ou seja, contrabalançando o potencial opressor dos estados através da desocultação e da publicitação em nome do interesse público, de modo a capacitar o cidadão para avaliar e decidir (Rheingold, 1993; McQuail, 1994).

Do lado das correntes críticas, cuja inspiração é marxista, a tendência é para descrer da capacidade efectiva do espaço público mediático para vigiar o poder num contexto de grandes desigualdades socio-culturais (Kellner, 1990: 185, 188), ao mesmo tempo que as propostas para uma democracia mais participativa se arriscam a relativizar a importância da fiscalização pública dos representantes políticos.

Penso que na relação triangular entre os media, os políticos e os cidadãos não se deve subestimar nenhum dos dois pilares do sistema democrático, o da representação e o da participação, ou seja os instrumentos da democracia representativa e os da democracia directa que, como diz Bobbio, não são sistemas alternativos mas mecanismos que se combinam (Bobbio, 1984: 69).

Tem sido o menosprezo pela ideia de participação a legitimar, de certo modo, o “fluxo vertical” da comunicação política que, actuando em sentido único descendente, converte os cidadãos em meros consumidores de informação e suscita

críticas ao funcionamento da comunicação de massas (McQuail, 2003: 136). Como é amplamente notado, o ideal democrático requer não apenas um público informado, mas também que o debate dos assuntos de importância pública seja aberto a uma pluralidade de vozes e perspectivas (Kellner, 1990; Curran, 1991; Hamelink, 1994). Deste ponto de vista, a deliberação política deve incluir formas de debate e reflexão alargadas e transparentes no espaço público mediático. A meu ver, o campo da comunicação é exactamente onde não se deve menosprezar a vertente participativa da democracia, uma vez que os media constituem hoje a instância de maior participação possível no debate político.

O funcionamento do sistema de comunicação política nas democracias mais sólidas tem sido ultimamente sujeito a críticas que apontam défices ou perversões resultantes, sobretudo, de novas lógicas de articulação entre as esferas política e mediática. Sendo o espaço mediático visto como o único que é actualmente relevante na comunicação política, condenando o que fica de fora à marginalidade, os media tornam-se capazes de negar a autonomia do sistema político e impor-lhe as suas lógicas (Castells, 1997: 312). Estas críticas estão maioritariamente ligadas com o pendor comercial dos media, visto como capaz de alterar as próprias características do jornalismo no sentido da 'leveza' noticiosa e de provocar um decréscimo da informação sobre políticas públicas (Patterson, 2003: 23).

Se o que não tem visibilidade mediática pode ser ignorado politicamente, como diz Patrick Champagne,¹ o inverso também será verdadeiro, sendo os assuntos mediatizados dificilmente ignoráveis pela política, o que dá aos cidadãos acrescida capacidade de influenciar a agenda pública se explorarem a lógica de dramatização dos media.

É claro, no caso português, que a década de 1990 ficou marcada pela desinstitucionalização do espaço noticioso (Lopes, 1999), mas parece-me abusivo considerar essa tendência como democratização, na medida em que está mais ligada à espectacularização da vida quotidiana do que aos processos de deliberação colectiva. Com poucas excepções, a participação em assuntos de cariz político no espaço mediático continuam a implicar a representação formal de interesses, a pertença a elites socio-culturais ou a legitimidade do saber especializado.²

Julgo que Portugal apanha as perversões da lógica mediática – que explodem com o nascimento das televisões privadas – sem ter alcançado alguns mecanismos tradicionais do vigor democrático – como as organizações de cidadãos que penetram o debate e a negociação política –, o que resulta no acumular de ‘velhos’ e ‘novos’ problemas.

Em todo este quadro, vejo a questão do espaço público democrático como assente num triângulo em que os media, os políticos e os cidadãos constituem os vértices, todos eles relacionando-se entre si e com ligações em ambos os sentidos. Dado que possuem hoje uma institucionalidade própria, não

encaro os media como instância de mediação entre cidadãos e políticos, porque vão muito além do papel de filtro, ou mesmo de produtor de informações, para se tornarem em actores cuja presença e características têm implicações na própria configuração dos vértices da política e da cidadania.

Afasta-se, assim, também, uma concepção ingénuo da comunicação democrática e do espaço público como via para a desocultação da verdade. Toda a realidade noticiosa é uma construção (Schudson, 1997) e a configuração das próprias relações sociais e políticas não corresponde a essências preexistentes ao campo da comunicação, mas resulta também dos processos de definição simbólica no espaço mediático (Curran, 1991).

2. Do lado da produção: a informação política local

A Beira interior é uma região periférica do estado português, onde os principais núcleos urbanos não excedem 30 mil habitantes. Os média locais, imprensa e rádio, são predominantemente controlados por grupos regionais ou outras organizações em que a lógica comercial está muito longe de assumir o peso preponderante que tem em instituições mediáticas de outros contextos. Dioceses e associações de carácter cooperativo são os casos mais evidentes de organizações promotoras de órgãos de comunicação em que o aspecto mercantil não é o móbil último de actuação. Já na corrente década deu-se a entrada de grupos empresariais

regionais ou nacionais em alguns jornais, mas tal não operou uma reconfiguração significativa do panorama geral. A relação dos media com o poder político continua a não se reger principalmente por princípios económicos, relevando de fortes nexos sociais e culturais.

A análise que se fez a um conjunto de jornais semanários e rádios locais inseriu-se num estudo de carácter geral (Carvalheiro, 2000), mais preocupado em captar o sentido da paisagem informativa regional e os seus impactos no funcionamento do triângulo democrático do que em observar a especificidade de qualquer sector dos media, pelo que envolveu órgãos com diversos enquadramentos institucionais. Neste artigo foca-se a atenção na informação política, definida como o conjunto de notícias que abordam directamente o poder local, o poder central e os partidos. Tendo em mente o vector da participação democrática, dá-se conta, também, da informação que envolve cidadãos e organizações da sociedade civil em temas de cariz político. O material analisado é constituído por um corpo de 244 notícias de primeira página e de noticiários radiofónicos, complementado com 75 artigos sobre as organizações da sociedade civil, com cartas de leitores e com o estudo de cinco casos de protesto colectivo.³

O período estudado inclui uma digressão do então primeiro-ministro António Guterres pela Beira interior, o que introduz uma politização fora do comum no noticiário de uma das edições semanais da imprensa. As restantes edições observadas podem ser consideradas como de rotina política.

Um dos primeiros dados a sobressair da análise é a presença dominante da informação sobre a esfera política. Tanto no aspecto quantitativo, em que representa cerca de 50% das notícias de primeira página e dos blocos informativos radiofónicos, como na primazia que assume no alinhamento noticioso, tomando em regra o primeiro plano da hierarquia jornalística através das manchetes e das notícias de abertura.

Na outra metade do espaço noticioso, que é maioritariamente um segundo plano, surgem as organizações da sociedade civil e os cidadãos. Com raras excepções, estas notícias dizem respeito a assuntos politicamente inócuos: eventos culturais ou desportivos, acidentes e dramas pessoais.

Existem, portanto, duas esferas noticiosas e o que é relevante é que só raramente elas se interpenetram. As notícias tratam separadamente ou das instituições estatais e políticas ou de cidadãos e de organizações civis.

Pode concluir-se que nos media locais os temas políticos estão a exclusivo cargo do poder e dos partidos e que não há debate de assuntos em que participem simultaneamente os políticos e a sociedade civil.

Por outro lado, são muito raras as intervenções da sociedade civil a interpelar o poder político no espaço mediático. Nos poucos casos em que há organizações envolvidas em questões políticas, o interlocutor ou destinatário é o poder central e não o poder local. E não existe um só caso em que o poder informe ou responda através dos media a inquietações ou críticas de cidadãos ou de estruturas colectivas.

Esta disjunção entre poder e sociedade não pode ser atribuída, simplesmente, há ausência de organizações colectivas, dado que, embora no segundo plano informativo, elas têm uma presença assídua.⁴ Mas limitam-se a protagonizar notícias breves sobre questões internas e apolíticas ou, no caso minoritário das associações de desenvolvimento, cívicas ou socio-profissionais, as questões de interesse público tendem a surgir despolitizadas e sem ligação ao poder.

O único espaço de interpelação cidadã regular na imprensa são as cartas dos leitores, onde uma parcela significativa consiste em interrogações e críticas dirigidas ao poder local por cidadãos individuais. Note-se, porém, que 45% dos artigos com este teor não são assinados ou são escritos por residentes fora da região.

Por fim, a análise dos casos em que se desenvolveram formas colectivas de protesto na região indica que os grupos de protesto locais tendem a dar prioridade à relação directa com o poder político, embora não desprezem as oportunidades mediáticas. Tratou-se, também, de questões que ficaram sempre muito localizadas e em que o espaço mediático nunca funcionou como alargamento do debate público.

Deixemos agora a relação entre política e sociedade nos média e vejamos o que as notícias revelam sobre a relação entre o jornalismo e o poder local.

A maioria das citações dos autarcas surgem na sequência de acções organizadas pelo próprio poder político, como sessões públicas e conferências de imprensa, indicador de

que os ritmos da agenda informativa obedecem aos tempos da política. Quando os autarcas respondem a questões por iniciativa jornalística, é maioritariamente para comentar decisões do poder central, em que pegam na bandeira da região e da defesa dos ‘nossos’ interesses.

Apesar de os presidentes de municípios serem os destacados protagonistas da informação local, não há, em mais de trezentas notícias, um único que seja inquirido por jornalistas sobre problemas da sua eventual responsabilidade ou questões desconfortáveis, indicador de que os temas da agenda informativa são conformes com os desígnios do poder.

A iniciativa dos jornalistas em inquirir responsabilidades é mais dirigida aos órgãos burocráticos do Estado. Nas poucas vezes em que os jornalistas procuram responsabilidades do poder municipal, os interlocutores são vereadores. Em todo o caso, não se trata de questões levantadas por investigação jornalística, mas sim de situações públicas em que os média interpretam as perguntas de um sector da sociedade ou de opositores políticos.

A capacidade dos média questionarem o poder parece, assim, descer à medida que se sobe na hierarquia política, donde resulta o paradoxo de os maiores protagonistas da informação local serem os menos confrontados com responsabilidades.

O discurso jornalístico que predomina nas notícias dá coerência ao discurso do poder ou funciona, mesmo, como correia de transmissão. Ainda assim, a publicação regular de

respostas de autarcas a artigos de jornal indica uma pressão para que os jornalistas conformem o seu discurso. Embora nos jornais haja algum zelo pelo interesse público, a denúncia de lacunas ou contradições do poder é maioritariamente dirigida à administração central.

Assim, a realidade dada pelas primeiras páginas da imprensa é constituída sobretudo por obras e projectos, frequentemente anunciados e raramente atrasados, falando-se muito de desenvolvimento, mas pouco de emprego e de desigualdades e surgindo escassas perspectivas críticas.

A paisagem informativa caracteriza-se, pois, pela alta frequência em que é dada voz ao poder sem que seja para dar conta de responsabilidades ou para responder em situações problemáticas. Na informação política local reina a ausência de pluralidade e uma grande paz política, que só é quebrada quando emerge o confronto partidário.

3. Do lado dos consumos: as práticas do público face à informação política

A análise dos textos noticiosos é reveladora das tendências da produção mediática, mas o funcionamento do jogo democrático requer dados sobre o lado do consumo. Um conjunto de entrevistas realizadas na Covilhã, núcleo urbano fortemente proletarizado mas sob processo de terciarização e recomposição socio-económica, permitiu recolher indicadores sobre as

práticas e as atitudes do público face à informação e às instituições políticas em geral.⁵

Os media locais constituem um espaço noticioso cujo consumo está transversalmente distribuído pela estrutura social e configuram um acréscimo de oportunidades de discurso para o cidadão periférico, embora num plano subalterno do fluxo mediático. Não se pode, por isso, menosprezar o potencial democrático destes órgãos de comunicação, cuja proximidade torna mais provável a possibilidade de propor temas às redacções e de participar no espaço público, ao mesmo tempo que inclui informação excluída do restante espaço mediático.

Mas na prática, como se viu, a informação política local funciona maciçamente num só sentido, correspondendo ao modelo de democracia representativa mas com baixa fiscalização dos representantes. Em que é que tal modelo de comunicação se traduz junto do público local?

Os dados recolhidos sugerem que os eleitores recorrem prioritariamente a informação não mediática para fazer o julgamento dos políticos locais e para decidir o sentido de voto. O facto das notícias de política local serem conformistas com as instituições e o poder parece resultar, para os cidadãos, em informação que pouco acrescenta ao que pode ser directamente observável, o que limitará a avaliação dos representantes através dos media. Pelo contrário, a pequena escala do local favorece o acesso a informações de carácter pessoal, a circulação face-a-face de aspectos não ditos nos media e até as relações directas com círculos políticos.

Os dados sobre as atitudes políticas em geral indicam, ainda, que não existe uma correlação linear entre os consumos de informação e as práticas de cidadania, designadamente o participação eleitoral e o associativismo. Entre os votantes mais assíduos e os mais activos civicamente encontramos pequenos consumidores de informação política, mostrando que o sistema democrático incorpora cidadãos com vários graus de exposição informativa, incluindo os que praticam o alheamento.

Também a ideia de que o espaço mediático local é acessível à participação dos cidadãos interessados é geral entre o público, mesmo entre os que, por desmobilização cívica, nem sequer imaginam a possibilidade da sua intervenção.

Só uma minoria de cidadãos, que se encontra entre os mais escolarizados e que coincide com os indivíduos mais confiantes no sistema político, concebe o espaço mediático local como um meio de participar nos destinos colectivos, numa lógica que remete para a ideia de opinião pública. Mas trata-se de uma convicção cívica em abstracto que, por regra, não tem correspondência em intervenções concretas no espaço público.

A concepção que as classes populares têm do espaço mediático não é, por sua vez, a de um lugar de transparência pública e de debate colectivo. Em muitos casos, os media são encarados como instâncias de liberdade condicionada por vários poderes e por uma teia de relações. É sintomático que os jornais e rádios locais sejam concebidos por alguns proletários como forma de aproximação ao Estado, e que essa aproximação

seja imaginada, não num modelo de participação democrática, mas numa relação de dependência e favor. Trata-se de conceber os media como instâncias de participação atípicas em relação ao modelo de espaço público de deliberação democrática.

A escassa focagem da esfera laboral nos média locais contribui, ainda mais, para refrear a capacidade de politização dos proletários. Existem, aliás, significativos desajustamentos entre a realidade construída pelos media e as experiências imediatas dos cidadãos. Os principais assuntos apontados pelos indivíduos – a falta de emprego e as desigualdades económicas – não coincidem com os temas privilegiados pelos media – a acção municipal e a rotina político-partidária. A paisagem informativa local está mais próxima da perspectiva das classes médias, cuja principal preocupação consiste no ‘desenvolvimento regional’.

Deste quadro, depreende-se que a efectiva implantação que os media locais têm, sobretudo a imprensa, deve-se pouco à informação política e mais a outro tipo de notícias e informações que o público privilegia.

4. A força do bloqueio à comunicação democrática

Os dados apresentados dizem-nos que, no espaço público local da Beira interior, o triângulo ideal do sistema democrático não funciona. Onde os fluxos deviam circular entre os três vértices e em duplo sentido, acontece uma comunicação política com profundos bloqueios e desequilíbrios.

Os media amplificam a informação emanada do poder, mas não produzem regularmente um fluxo de iniciativa própria com capacidade de agendamento sobre a esfera política. A sociedade civil não produz mensagens políticas para os media e recebe pouca informação política significativa desses mesmos média. A sociedade civil não envia, portanto, ao poder informação de carácter político pelo espaço público. Assim, a esfera política impõe as suas mensagens e não recebe estímulos públicos dos media nem da sociedade.

O cenário traduz-se, a meu ver, na acumulação de três défices. (a) Falta de transparência, manifesta no facto de os media não iluminarem os processos de decisão política. (b) Falta de autonomia da sociedade civil, evidenciada pela pouca capacidade dos cidadãos para usarem os media como seu espaço público. (b) Baixa relevância dos media na avaliação que os cidadãos fazem dos políticos.

As causas do bloqueio só são compreensíveis apelando a aspectos aparentemente a montante dos média e da sua utilização pelos cidadãos, mas que, na realidade, constituem o seu cerne e enformam o espaço público mediático. Essas causas têm a ver com as formas dominantes de organização social e política.

Passo a abordar cada um dos défices.

(a) A falta de transparência sobre a acção do poder é o que caracteriza a relação entre a política e os media. Isto não impede que haja boas gestões autárquicas. O que significa é

que os representantes políticos actuam sem controlo e responsabilização públicas através dos media. Prevalece a opacidade das decisões políticas, dado que abunda a informação sobre factos consumados e não existe deliberação pública apoiada no espaço mediático.

Existem várias explicações para a relação entre a política e os media ser comandada pelo pólo político. A primeira é o controlo dos media por membros das elites locais, o que dado o carácter enredado das relações sociais a nível local, inibe a avaliação crítica de uma série de actores e instituições que pertencem aos mesmos círculos sociais e políticos. A segunda explicação tem a ver com os mecanismos de pressão ao dispor do poder político sobre jornalistas e empresas de comunicação. Estes mecanismos são múltiplos e de diversas naturezas.

Num contexto onde o Estado é proeminente e os jornalistas têm nos protagonistas políticos as fontes privilegiadas de informação, o poder revela capacidade para desenhar compromissos que mantêm os media na sua dependência. Assim, o poder político tira proveito da competição entre profissionais e órgãos de informação, premiando com notícias exclusivas aqueles produzem informação mais favorável. Perante a informação que lhe é desconforme, castiga os jornalistas através do boicote informativo e os órgãos de comunicação pelo corte publicitário, arma poderosa junto dos media com orientações empresariais,

dado a debilidade do tecido económico regional fazer da publicidade institucional uma fonte principal de receitas.

Estes mecanismos funcionam devido à escassez de fontes alternativas de informação política, incluindo políticos capazes de proporcionar dados reveladores sobre outros políticos (que é a base mais frequente do jornalismo de investigação). Mas a teia em que o poder mantém mais ou menos condicionado o jornalismo local também deve muito às conjunturas profissionais e às atitudes culturais.

Os profissionais da informação desenvolvem o seu trabalho em redacções com um número médio de quatro jornalistas, com salários que incentivam a procurar alternativas de emprego e, por isso, com uma rotação de pessoal relativamente elevada. Como o papel de jornalista requer tempo para a aprendizagem técnica e deontológica, o poder político beneficia de ter perante si um continuamente renovado lote de profissionais pouco experientes.

O quadro cultural mantém representações pré-democráticas do poder, atribuindo-lhe uma legitimidade especial de per si e incentivando atitudes de reverência. O jornalismo não é imune a este clima, encarando o poder político como a realidade social mais legítima e prioritária. Com frequência, a prioridade noticiosa da realidade política nem está dependente da substância dos factos, mas apenas da importância dos actores. A imaginação jornalística mostra dificuldade em captar realidades alternativas, mas quando o faz

e menospreza a agenda do poder sofre pressões imediatas para regressar à conformidade.

Como corolário, a relação social entre media e poder político na periferia portuguesa é abissalmente distinta da “informational politics” (Castells, 1997: 375), conceito usado para referir a capacidade dos media condicionarem a política através da imposição de ritmos próprios, apresentação de sondagens e promoção ou liquidação de protagonistas. Pelo contrário, na Beira interior são os políticos a deter forte capacidade de condicionar a acção mediática e impor-lhe as suas regras, chegando, em alguns casos, a ter condições para pressionar o afastamento de jornalistas.

Neste cenário adverso ao jornalismo vigilante, em que toda a capacidade crítica encontra terreno verdadeiramente minado, é muito difícil aos jornalistas carregarem sozinhos a responsabilidade de assegurar a democraticidade do espaço público. Esta dificuldade convoca o segundo dos défices existentes no triângulo democrático.

(b) A falta de autonomia da sociedade civil é o que caracteriza a relação entre política e cidadãos no espaço público. A intervenção política dos cidadãos é muito frágil e concentra-se em alguma reclamação individual, o que se insere numa tendência geral emergente na sociedade portuguesa pós-1974 (Benavente et al., 1997). Mesmo esta tende, porém, a surgir apenas em espaços mediáticos de reduzido impacto e inclui condicionamentos como o anonimato.

Para este apagamento civil há razões de fundo que residem na dificuldade de pronúnciação de parte da população, que passa pela falta de competências culturais e por uma profunda incapacidade de politizar problemas sociais, a que se juntam baixas expectativas socio-económicas.

Outra ordem de razões para a escassa utilização cívica do espaço mediático reside na forma da política local exercer o seu poder. A periferia portuguesa volta a distinguir-se dos contextos de política altamente mediatizada, dado que nela a capacidade de afectar as decisões políticas não passa principalmente pela mediatização. Os mecanismos de negociação mais eficazes com o poder local situam-se fora do contrato social, ou seja, na relação particular e clientelar. O que ajuda a explicar a escassa relevância com que alguns cidadãos encaram a acção mediática em questões colectivas locais.

Também a este nível, o poder dispõe de mecanismos que convidam os sectores críticos da sociedade civil ao auto-silenciamento. Dado que num quadro socio-económico deprimido o longo braço autárquico faz chegar a quase todo o lado a sua dependência, tanto cidadãos como organizações interiorizaram a ideia de que desagradar ao poder implica a possibilidade de retaliação, preferindo prosseguir os seus interesses com abordagens nos bastidores.

Recentemente, Villaverde Cabral afirmava que o sistema político português está anquilosado por desajustamento em relação às transformações sociais e que, neste quadro, os cidadãos podem hoje exprimir-se livremente mas isso não tem

efeito nenhum.⁶ Na democracia local periférica, porém, a liberdade de expressão dos cidadãos enfrenta o efeito plausível de causar prejuízo aos próprios. É recorrente os jornalistas na Beira interior serem abordados por cidadãos que desejam ver situações denunciadas, mas que não querem assumi-lo publicamente.

Isto acontece porque também existe um quadro de baixa cultura democrática por parte dos cidadãos, o que se torna flagrante na tolerância existente face ao clientelismo e até na benevolência perante suspeitas de nepotismo por parte do poder.

A fragilidade democrática do espaço público mediático não pode ser vista, portanto, como consequência exclusiva das concepções e estratégias dos órgãos de informação, mas sim como resultado de um quadro de organização social em que participam os políticos, os media e os cidadãos. É difícil existir uma comunicação democrática densa quando a acção política tem capacidade de limitar o que não seja informação vertical descendente.

(c) A baixa relevância mútua, da informação política para os cidadãos e dos cidadãos para a informação política, que caracteriza a relação entre os media e a sociedade civil, acaba por ser o corolário dos dois défices anteriores.

O pouco peso da informação política junto dos cidadãos resulta de um conjunto de factores que proporcionam às

interacções face-a-face funcionarem como via principal da comunicação política.

A fraca presença da sociedade civil na informação política é favorecida, além das razões atrás apontadas, pela falta de organizações cívicas, o que, à luz do critério jornalístico que distingue interesse público e questões privadas, retira legitimidade de intervenção aos actores não investidos de responsabilidade colectiva.

O défice de comunicação política entre media e cidadãos acaba por se alimentar a si mesmo, dado que a realidade mediática, ao gravitar em volta do Estado e ao concentrar nele toda a expectativa de dinamização social, acaba por dar à sociedade civil estímulos em sentido contrário ao da autonomia cívica e por favorecer a sua auto-concepção de subalternidade política.

Conclusão

Na relação dinâmica e contingente entre política e comunicação, a conjuntura actual da Beira interior representa um caso em que o predomínio está do lado político. A meu ver o aspecto estruturante do espaço mediático, nesta circunstância, é a forma de dominação do Estado local sobre a sociedade, que é inibidora da vigilância e da cidadania activa.

Por um lado, a hegemonia do poder político é tão larga que consegue incluir os próprios media na sua rede de dependências e mecanismos coercivos e condicioná-los por

essa via. Por outro lado, confirma-se a hipótese do espaço público ser débil em Portugal pelo facto das reivindicações ‘à luz do dia’ serem suplantadas pelas negociadas no interior do sistema político (Baganha, 1999: 194-5). Ao tirar partido das frágeis predisposições cívicas e das dependências de vastos sectores da sociedade para coagir a exposição pública das questões, o poder local transfere o essencial da política para as zonas de sombra à margem do espaço público.

Neste contexto, romper o bloqueio do triângulo democrático passa por enfrentar a força coerciva do poder político e por imaginar formas de democratizar o espaço público. A deontologia da vigilância pública só será possível com coesão do corpo jornalístico, apoio institucional forte dentro dos media e estratégias para captar o maior círculo de vozes disponíveis na sociedade para falar, o que não é fácil de alcançar sem o modelo de organização cívica colectiva e perante as redes de compromisso que têm convivido com a opacidade do poder.

Notas

¹ Entrevista concedida ao jornal Público, edição de 22/11/2004, sob o título de “Concentração de títulos pelo mesmo grupos pode ser perigosíssima” (pp. 44-45).

² Podem apontar-se como excepções alguns espaços radiofónicos centrados na participação activa dos ‘ouvintes’, como acontece na Antena 1 e na TSF, e o espaço que a imprensa dedica a cartas dos leitores.

³ O estudo não saturou a totalidade dos órgãos locais, seleccionando três jornais (Jornal do Fundão, Notícias da Covilhã e Gazeta do Interior) e duas rádios (Rádio Cova da Beira e Rádio Jornal do Fundão). A imprensa foi analisada durante seis semanas divididas em dois períodos, Dezembro de 1998 e Março de 1999, e as rádios ao longo de uma semana, em Dezembro de 1998. As cartas de leitores foram publicadas no Jornal do Fundão, semanário regional de maior tiragem, entre Maio e Outubro de 1998.

⁴ Total de notícias da imprensa sobre organizações colectivas: em 18 edições surgem 75 artigos e 57 associações. Predominam as associações culturais, recreativas e desportivas.

⁵ Foram realizadas 24 entrevistas, com carácter semi-estuturado, durante o ano de 1999 e a população inquirida, residente na Covilhã, foi estratificada por escalão etário, sexo e classe social.

⁶ Declarações na edição de 4 de Dezembro de 2004 do noticiário televisivo Jornal 2, no segundo canal da RTP.

Bibliografia

Baganha, M. I. (1999), Como distinguir entre mobilização e protesto?, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 54: 193-6.

Benavente, A., Mendes, H. e Schmidt, L. (1997), Direitos dos cidadãos em Portugal: conhecimentos e opiniões, *Sociologia – Problemas e Práticas*, 24: 71-114.

Bourdieu, P. (1997), *Sobre a Televisão*, Oeiras: Celta.

Bobbio, N. (1984), *O Futuro da Democracia*, Lisboa: Dom Quixote.

Cabral, M. V. (1997), *Cidadania Política e Equidade Social em Portugal*, Oeiras: Celta.

Carvalho, R. (2000), *Média e Cidadania na periferia portuguesa: inclusões e exclusões – O caso da Beira Interior*, Universidade de Coimbra: Dissertação de Mestrado em Sociologia.

Castells, M. (1997), *The Rise of the Network Society – Vol. II: The Power of Identity*, Londres: Blackwell.

Curran, James (1991), Rethinking the media as a public sphere. In *Communication and Citizenship – Journalism and the Public Sphere*, ed. Peter Dahlgren e Colin Sparks, Londres: Routledge.

Entman, R. M. (1989), *Democracy without Citizens – Media and the Decay of American Politics*, Nova Iorque: Oxford University Press.

Fernandes, A. T. (1988), *Os Fenómenos Políticos – Sociologia do Poder*, Porto: Afrontamento.

Habermas, J. (1984), *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Hamelink, C. J. (1994), *The Politics of World Communication – A Human Rights Perspective*, Londres: Sage.

Kellner, D. (1990), *Television and the Crisis of Democracy*. Westview Press.

Lopes, F. (1999), *O Telejornal e o Serviço Público*, Lisboa: Minerva.

Maigret, E. (2003), *Sociologie de la communication et des média*, Paris: Armand Colin.

McQuail, Dennis, (1994), *Mass Communication and the Public Interest: Towards Social Theory for Media Structure and Performance*. In *Communications Theory Today*, ed. David Crowley e David Mitchell, Cambridge: Polity Press.

McQuail, D. (2003), *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Patterson, T. E. (2003), Tendências do Jornalismo Contemporâneo – Estarão as notícias leves e o jornalismo crítico a enfraquecer a democracia, *Media & Jornalismo*, 2: 19-47.

Rheingold, H. (1993), *The Virtual Community*, Addison-Wesley Publishing Company.

Ruivo, F. (1991), Um Estado Labiríntico: a propósito das relações entre o poder central e o poder local em Portugal, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 33: 189-200.

Santos, B. S. (1994), *Pela Mão de Alice: o Social e o Político na Pós-Modernidade*, Porto: Afrontamento.

Schudson, Michael. (1997), *The Sociology of News Production*. In *Social Meaning of News*, ed. Dan Berkowitz, Londres: Sage.

Zelizer, Barbie (1997), *Journalists as Interpretive Communities*.
In *Social Meanings of News*, ed. Dan Berkowitz, Londres:
Sage.